



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE

Plano de ensino			
Universidade Federal do Espírito Santo		Campus: Goiabeiras	
Curso: Gemologia			
Departamento Responsável: Gemologia			
Data de aprovação (Art. Nº 91): 02.09.2020 (previsão)			
DOCENTE PRINCIPAL: Neiva Lima dos Santos Buaiz			
DOCENTE SECUNDÁRIO: Não se aplica.			
Qualificação/link para o Currículo Lattes (DOCENTE PRINCIPAL): Neiva Lima dos Santos Buaiz			
Qualificação/link para o Currículo Lattes (DOCENTE SECUNDÁRIO): Não se aplica			
Disciplina: Consentimentos Minerários		Código: GEM06690	
Período: Vespertino		Turma: 1	
Pré-requisito: Não se aplica		Carga Horária Semestral: 60h/a.	
Créditos:	Distribuição da Carga Horária Semestral		
	Teórica	Exercício	Laboratório
	25%	75%	Não se aplica
<p>Ementa: Introdução ao Direito Minerário: O direito mineral brasileiro, a influência dos negros na mineração brasileira, história e cultura Afro-Brasileira e Africana, o lugar das tradições Africanas no desenho cultural, Relações e Política educacional e social das questões étnico-racial –MEC, história e cultura dos povos indígenas na educação ambiental. O direito do povo indígena e as demarcações de suas terras. Regime constitucional dos recursos minerais, solo e subsolo, jazidas e minas, classificação das minas, partes integrantes das minas, o minério extraído; Regimes de aproveitamento mineral: O requerimento de pesquisa, direito de prioridade, consentimentos para pesquisa, consentimentos para lavra, manifesto de mina, proteção especial a atividade mineral, aplicação do direito ambiental a mineração: Código de mineração e Constituição federal”.</p> <p>Objetivos: Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e aplicação da Natureza Jurídica do Consentimento para pesquisa mineral do Consentimento para Lavra e do Manifesto de Mina no Direito Brasileiro. Relações Jurídicas dos minerais industriais e a cadeia produtiva de gemas, joias e afins. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes nas questões étnico-racial e do povo indígena. Compreender e aplicar as políticas educacionais relacionadas com as questões étnico-racial. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação Mineral adequada e identificação de impactos ambientais. Conhecer os riscos da atividade mineral, estudar e aplicar o Código de Mineração e a Constituição Federal nas questões de mineração e étnico-racial.</p>			
<p>Conteúdo Programático:</p> <p>1. Introdução ao Direito Minerário: pág. 13 a 40, capítulo I da bibliografia recomendada e questões étnico-racial da bibliografia conjugado com CF.</p> <ul style="list-style-type: none">1.1 História do Direito Minerário;1.2 A influência de outros Países na Mineração Brasileira;1.3 A Realidade Nacional da Mineração Brasileira;1.4 História e cultura Afro-Brasileira e Africana1.5 A influência do negro na mineração brasileira1.6 A importância das Leis 10.639 de 09/01/2003 e 12.711 de 29/08/2012 (relações étnicas –raciais)			



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE

- 1.7 História e cultura dos povos indígenas e os conflitos sobre demarcações de suas terras.
- 1.8 Comandos da Legislação Minerária;
- 1.9 Definição de Jazida, Mina e Lavra;
- 1.10 Garimpagem, Faiscação e Cata.

Nota: o item 1. Será ministrado em 3 aulas

2. Regime Constitucional dos Recursos Minerais;
 - 2.1 Relações Jurídicas no Direito Minerário;
 - 2.2 Solo, Subsolo, Jazidas e Minas;
 - 2.3 Classificação das Minas;
 - 2.4 Partes Integrantes das Minas;
 - 2.5 Características do Direito Minerário;
 - 2.6 O Minério Extraído.

Nota: o item 2 será ministrado em 2 aulas

- 3 **Os Regimes de Aproveitamento Mineral:** pag. 115 a 148, capítulo III da bibliografia recomendada.
 - 3.2 Aproveitamento Mineral;
 - 3.3 Requerimento de Pesquisa;
 - 3.4 Direito de Prioridade;
 - 3.5 Consentimento para Pesquisa;
 - 3.6 Consentimento para Lavra;
 - 3.7 Consentimento Municipal;
 - 3.8 Consentimento para Lavra Garimpeira;
 - 3.9 Consentimento para Exploração Pública;
 - 3.10 Monopólio;
 - 3.11 Manifesto de Mina.

Nota o item 3 será ministrado em 5 aulas

4. **Proteção Especial à Atividade Mineral:** pág. 151 a 168, capítulo IV da bibliografia recomendada.
 - 4.1-Risco da Atividade, Sanções e Nulidades, Caducidade;
 - 4.2-Penhora de Partes Integrantes da Mina;
 - 4.3-Aplicação do Direito Ambiental à Mineração;
 - 4.4-Regras para a boa aplicação do Direito Ambiental;
 - 4.5-Busca do Desenvolvimento e Proteção Ambiental;
 - 4.6-Certificado de Kimberley – SCPK
 - 4.7-CEFEM e aplicação dos recursos.

Nota: o item 4 será ministrado em 3 aulas

5. **Código de Mineração:** pág. 171 a 213 da bibliografia recomendada.
 - 5.1-Instituição e Aplicação – Decreto-Lei Nº 227, de 27/02/1967;
 - 5.2-Regulamento do Código de Mineração - Decreto Nº 62.934, de 2/04/1968;
 - 5.3-Constituição Federal de 1988;
 - 5.4-Legislação Aplicada;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE

5.5-Colocações Finais.

Nota: o item 5 será ministrado em 2 aulas

Metodologia:

Procedimentos:

A disciplina será ministrada por meio de:

- Aulas remotas das 14:00 as 15:00 horas, de 1:00 hora/aula síncrona, no total de 15 aulas, acrescido de 45 aulas assíncronas, de uma hora cada, totalizando três horas aula, de 15:00 às 18:00 horas todas às terças-feiras, através da plataforma Google Classroom, com participação direta do professor ao vivo, aulas síncronas e assíncronas, vídeo aulas, slides e orientação dos trabalhos. Com início de 9/9 a 15/12 de 2020, totalizando 60:00 horas/aula, cumprindo todo o programa estabelecido na Letra C do Plano de Ensino Especial, com a participação online dos alunos matriculados.

Lembrando que o nosso horário online será de 14h às 18h, todas as terças-feiras durante 15 semanas, conforme acima estabelecido.

Recursos:

- Acesso à internet;
- PC ou celular;
- Plataforma Google Classroom;
- Aulas síncronas
- Aulas assíncronas: vídeo aulas, slides e exploração de textos diversificados.
- Projetor de multimídia (Datashow);
- Orientação na pesquisa para baixa de obras específicas.

Critérios / Processo de avaliação da aprendizagem:

O sistema de avaliação será estruturado como se segue:

a) Participação nas aulas – 75% de presença online obrigatória, correspondente a 30% do total da nota.

b) Dois trabalhos individuais escritos, valendo 35% cada, totalizando 70% da nota total.

c) Trabalho final será aplicado para os alunos que não alcançaram nota 7,0.

d) A nota final do aluno será obtida através da soma das notas auferidas durante o período (participação + dois trabalhos escritos), enviados para o e-mail do professor: neivabuaiz@terra.com.br

e) As notas obtidas bem como a média final serão enviadas para cada aluno via e-mail.

f) Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a realizar um trabalho final, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação, trabalho este exigido pelo professor, nos mesmos critérios da letra e.

g) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas online. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações.

h) Alunos com necessidades especiais terão suas avaliações em conformidade com as necessidades apresentadas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE

NOTA: Os temas dos trabalhos serão sugeridos e orientados pela professora e terão os seguintes pesos: de 0 à 10 cada trabalho, levando em consideração a média aritmética de ambos os trabalhos acrescidos da nota da frequência, totalizando 100%.

Bibliografia Básica:

- 1-PINTO, Uile Reginaldo- **Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental-9ª** Ed. Brasília 2004.589p.
- 2-FREIRE, W. **Natureza Jurídica do Consentimento para Pesquisa Mineral.** Belo Horizonte. Revista de Direito Minerário, 2005.
- 3-GODINHO, T. M. **A conceituação jurídica de autorização de pesquisa e da concessão de lavra.** Brasília: IBRAM, 1990.

Bibliografia Complementar:

- 1-SILVA, Cristiane Rodrigues Araújo - **Meio Ambiente Cultural e Tutela Jurídica dos Povos Indígenas na Sociedade de Informação.** São Paulo: Editora Fiuza 2012, v.2/Coordenador: Celso Antônio Pacheco Flori-lo.
- 2-ARRUDA, A. T. **Normas regulamentares de mineração.** Brasília: Ministério de Minas e Energia – Departamento de Produção Mineral, 1988.
- 3-BEDRAN, E. **A mineração à luz do Direito Brasileiro.** Rio de Janeiro: Alba, 1957, v. I II e III.
- 4-GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade.** Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.
- 5-BUAIZ, Neiva lima dos santos buaiz :Brasília: Editora Kiron,2016.O DIREITO EM TEMPO REAL.

Observação 1: AS BIBLIOGRAFIAS DIGITAIS DE RECONHECIDAS RELEVÂNCIAS SERÃO SUGERIDAS À TURMA DE ACORDO COM A DEMANDA DOS ALUNOS AO LONGO DO SEMESTRE.

Observação 2:

NOSSAS AULAS SE DIVIDIRÃO DA SEGUINTE FORMA:

25% AULAS SÍNCRONAS- UMA HORA DE AULA CADA REMOTA, TODAS ÀS TERÇAS-FEIRAS DE 14:00 AS 15:00 HORAS (SÍNCRONAS) ACRESCIDO DE TRÊS HORAS ASSÍNCRONAS DE 15:00 AS 18:00 HORAS SOMANDO 75% AULAS ASSÍNCRONAS-(VIDEO AULAS, SLIDES, ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS) NO MESMO DIA, TERÇA-FEIRA, PERFAZENDO UM TOTAL DE 15 HORAS AULAS SÍNCRONAS E 45 HORAS AULAS ASSÍNCRONAS: TOTALIZANDO 60 HORAS AULAS CONFORME PLANO DE ENSINO, NESTE SEMESTRE ESPECIAL DE QUINZE SEMANAS DE 9/9 A 15/12 DE 2020.

PROF: NEIVA LIMA DOS SANTOS BUAIZ

Cronograma:

No Conteúdo Programático do Plano Especial de Ensino Remoto, já fora feitas notas estabelecendo a quantidade de aulas que serão ministradas passo a passo para cada item.